

***DER PROZESS DE FRANZ KAFKA: NOTAS MÍNIMAS PARA
UMA NECESSÁRIA LEITURA PERSONALÍSTICA DA ORDEM
JURÍDICA***

Mauro Manfredi

Aluno do 2º ano em Direito no Instituto de Ensino Superior de São Caetano do Sul,
SP, Brasil.

Felipe Raminelli Leonardi

Advogado e Monitor da Disciplina de Direito das Coisas na Faculdade de Direito de
São Bernardo do Campo, SP, Brasil (fr_leonardi@ig.com.br)

KAFKA, Franz. **O Processo**. Tradução direta do alemão (*Der Prozess*) e posfácio de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

A obra de Kafka tem como eixo central o desenvolver de um processo. O personagem Josef K. é surpreendido nas primeiras linhas do texto: “*Alguém certamente havia caluniado Josef K. pois uma manhã ele foi detido sem ter feito mal algum*” (p. 09). A partir de sua detenção, a qual tem uma dimensão própria, Josef K., empregado de um banco, passa a viver a peregrinação dos meios judiciais.

O protagonista, inicialmente, sente-se bastante seguro. Acredita tratar-se de algum equívoco, desta forma o mais rápido possível tudo seria resolvido e esclarecido. Contudo, não é isto que ocorre. Desde logo, em sua detenção, percebe-se insinuações por parte dos funcionários que o detém. Procura se informar o porquê daquela situação, no entanto sem qualquer resultado. Os guardas riem e se limitam a informar que são pagos para procurar e vigiar aqueles que o tribunal indica. K. questiona-se sobre o que estava acontecendo. Ora, não estaria ele em um Estado de Direito? Não foi notificado sobre nenhum fato, simplesmente estava detido. Com estas indagações Josef K. chega a pensar tratar-se de uma brincadeira por ser seu aniversário. Em sua entrevista com o inspetor nada é informado, apenas que sua detenção não implicaria inconvenientes na sua vida funcional.

A rica narrativa kafkaniana possibilita desde as primeiras linhas grandes temas de investigação. Ao estudante de direito, em especial, já se mostram presentes temas os mais diversos. Pode-se falar, em sentido particularizador, desde a configuração do Estado de Direito e a lógica que parece ser vivida pelo personagem até sobre princípios específicos da ciência processual que são completamente abandonados pelo obscuro tribunal que comanda as situações vividas por Josef K..

Este sentimento de inconformismo, que é despertado desde logo na mente dos acadêmicos de direito, parece ser sentido por K.. Porém, o que chama a atenção a partir de então se encontra em um grau de abstração superior. Trata-se da estrutura do poder judiciário descrito por Kafka, que sem dúvida alguma compreende uma narrativa contemporânea e, mais do que isso, atual na medida em que se fala de reforma do judiciário e etc.

Importante acrescentar ainda que a leitura da obra mostra-se fundamentalmente interessante, já que o narrador descreve a “vida” de uma parte (= em sentido técnico) em um processo. Há uma angularização especificante do texto, isto é, o que se descreve são os sentimentos e impressões de uma pessoa comum frente à *estrutura do poder* judiciário. Josef K., neste passo, poderia ser substituído por Severinos, como pode ser feito em *Morte e Vida Severina*¹ do grande literato João Cabral de Melo Neto.

O protagonista procura seguir nos seus afazeres, mas recebe uma ligação no banco informando que no próximo domingo seria seu primeiro inquérito. Nota-se que nada lhe é informado, apenas o endereço. Convicto de seus deveres enquanto cidadão acredita que não precisaria de ajuda externa (advogado), podendo interromper o processo logo neste primeiro inquérito. Percebe-se que os termos utilizados por Kafka não são empregados em sentido técnico reconhecível fora da

¹ A obra conta o roteiro de Severino, um homem do Agreste que viaja rumo ao litoral e depara, em cada momento de sua viagem, com a morte, presença anônima e coletiva, até que, no último pouso — Recife, o lugar de destino — fica sabendo do nascimento de um menino: sinal de que ainda existe algo que resiste à constante negação da vida.

obra, mas guardam uma lógica interna, mesmo que desconhecida pelo leitor e pelo próprio personagem.

A ida ao tribunal no domingo acrescenta pontos interessantes. O bairro onde se localiza o tribunal é popular. Pela narrativa denota-se que é um imóvel esteticamente depreciável. Os funcionários também não são bem apresentáveis. Isto não significa apenas uma crítica estética de um personagem de uma classe social superior, a qual é ainda retomada e intensificada talvez com outras projeções, mas também uma constatação que pode ser apreciada nos fóruns em geral. Ademais, o que pensaria e como seria tratado um Severino ao adentrar só em qualquer fórum procurando informações sobre um determinado processo (?!).

A entrevista de Josef K. com o juiz dá-se frente a uma platéia aparentemente dividida. Indaga consigo mesmo o personagem se estariam alguns a seu favor, já que aplaudiam sua fala. Entremontes, todos ali presentes são funcionários do tribunal e K. em seu discurso faz um ataque direto ao tribunal. Afirma tratar-se de uma organização poderosa, corrupta e arbitrária. Bradou ao final: *“Seus vagabundos – exclamou –, podem ficar com todos os seus inquéritos”* (p. 64).

Josef K. parece, desde as primeiras falas com seus detentores e a intenção manifestada por estes indicando possibilidades de suborno, estar formando uma convicção acerca da *estrutura* que enfrenta. Estrutura esta que em uma lógica externa à obra não guarda qualquer razão de ser. O personagem parece estar destacado da obra. Vive uma realidade que não a sua. Este é um dos grandes potenciais das obras kafkanianas. O desabafo dá-se com a situação vivida no tribunal, aparentemente não real. O continuar da narrativa pode ser lido como uma construção desta tese.

No domingo seguinte, mesmo sem qualquer comunicação, Josef pensando que haveria novo inquérito dirige-se ao tribunal. Chegando ao local descobre que naquele dia não haveria inquéritos. Consegue por meio da intervenção da mulher de um oficial de justiça (= relações de influência) ingressar no local do inquérito e observar os livros que estavam sobre a mesa do juiz. Não se surpreende ao

identificar livros obscenos e desenhos pornográficos, em vez de códigos e livros jurídicos. Kafka com esta passagem apresenta um dado simbólico e contundente para a construção da tese suscitada pelo protagonista.

K. passeia pelo tribunal. Durante este se sente mal devido às condições insalubres do local. Os funcionários que o atendem afirmam que é uma questão de costume. Nesta passagem, ressalta o caráter estético como uma espécie de manifestação de poder, bem como indícios da fragilidade que começa a tomar o personagem, inicialmente certo de si, após o processo. Nota-se a sutileza das relações que são apresentadas para K.. Não há detenção física (= forma expressa e evidente de poder), porém outros mecanismos parecem ser acionados apontando para novas formas e perspectivas de sua efetivação.

O caminhar do processo mostra-se para Josef K. como algo racionalmente sem lógica. Ele, acusado de alguma coisa, que também não sabe o que, não consegue qualquer informação sobre sua situação. No entanto, as pessoas a sua volta sabem que lhe esta sendo movido um processo. Afirmam que sua situação é delicada e que deve se cuidar. Parece claro que K. não consegue penetrar na lógica do mundo jurídico descrito por Kafka. A solução encontrada para isso é a consulta a um advogado, o qual com certeza deve conhecer todos os caminhos necessários, inclusive as relações de influência do tribunal, para que o personagem consiga superar seu processo. Nada obstante, K. não sente qualquer diferença em sua situação. O advogado informa que esta elaborando uma petição, mas esta nunca fica pronta. Não traz a seu cliente qualquer novidade ou notícia sobre sua situação processual. Tudo se apresenta para Josef K. na penumbra. Uma outra tentativa de reconhecimento de sua situação ocorre com a *indicação* para uma entrevista com um pintor, que é funcionário do tribunal e poderia ter alguma *influência*.

A conversa com o pintor pode ser considerada a comprovação da tese inicialmente suscitada. Este informa as diversas formas possíveis de liberdade (absolvição real, absolvição aparente e processo arrastado) e aquela que pode proporcionar. Aqui o único caminho apresentado não é em regra (= “lógica externa”)

uma atuação convencional no processo por meio de uma defesa, mas sim o recurso a uma rede de influência conhecida pelo pintor que poderia atuar a favor de Josef K.. Mostra-se evidente a lógica denunciada por Kafka, enquanto única ou possível saída.

Nada obstante, o personagem em um constante enfraquecer sem qualquer notícia sobre a sua acusação, sobre o desenvolver de seu processo acaba por ser sentenciado. Sua sentença é executada de forma obscura à margem da cidade. Assim, tem-se o termo do processo movido por um tribunal desconhecido, o qual aplica uma lei inacessível e um procedimento desconhecido.

Como dito, diversos são os temas que emergem da narrativa. Compreendeu-se de peculiar importância à discussão acerca da estrutura do poder judiciário consubstanciado na narrativa. O texto de Kafka constrói uma lógica própria. Pensar esta com uma perspectiva externa não parece ser o melhor caminho, ou o principal, para a estrutura da obra. Porém, comparar a estrutura do judiciário descrito por Kafka com o sistema externo (à obra) partindo da projeção da visão de uma parte em um processo parece algo possível e desejável. Não se pode cair em generalizações abstratas acerca de temas delicados como corrupção e redes de influência, mas sem dúvida é uma temática importante e de implicações reais. Transformaram-se as relações de poder na sociedade hodierna. Não se dirigem mais ao corpo. A narrativa faz emergir em diversos pontos as relações de influência enquanto forma de poder, o que é corroborado pelo pensamento M. Foucault.

Por sua vez, a contraposição entre a visão de Josef K. na lógica do *Der Prozess* e a dos Severinos na lógica da vida real não aparecem polarizadas. Basta pensar na visita de um leigo a um cartório procurando informações sobre seu processo. (Não é preciso descrever seu tratamento até pedir a informação para o cartorário.) É informado que os autos estão conclusos, ou que estão em carga com o oficial de justiça para cumprimento de mandado, ou ainda que a Carta Precatória ainda não retornou do juízo deprecado. Procura, logo após, seu advogado que pede para ter calma, visto que as providências estão sendo tomadas e assim segue o processo até a sentença

O que se aponta, portanto, não é simplesmente algo como a popularização do judiciário, o que, diga-se de passagem, parece já estar na ordem do dia no Brasil (*e.g.*, juizados especiais itinerantes) e que em si mesma não colabora para a alteração dos problemas apresentados, mas sim a questão estrutural deve ser constantemente enfrentada, especialmente, em uma perspectiva potencializadora da axiologia personalística, enquanto fundamento da própria ordem e atuação no mundo jurídico (= dignidade da pessoa humana).